A modernidade e as suas razões

Luís Manuel Domingues*

O Autor se insere no debate sobre a Modernidade. Mas, desde logo, adverte que esta modernidade, que se define pela sua racionalidade, hoje está associada à desrazão, à incultura, a uma desqualificação do racional, estabelecendo uma ruptura no conflito entre a razão instrumental e a razão comunicativa. Mas, para o A., as falanges da razão e da desrazão formam um mesmo exército, que busca transformar os cidadãos em indivíduos úteis à sociedade capitalista. Diante disto, para que a dignidade da vida humana possa ser preservada da ignorância e da "overdose" manipulatória seria preciso, segundo o A., retomar, entre outras coisas, a trajetória interrompida da razão comunicativa.

A discussão sobre a modernidade não pode ser dissociada do ataque e cerco a que está submetida a razão no país e no resto do mundo. No Brasil, aqui e acolá se formam falanges de desqualificação da razão, sacralizando a desrazão e fetichizando a prática. Outros erguem fortalezas em defesa da razão, represando o seu pontecial crítico e dando vazão à sua racionalidade instrumental. Não por mera coincidência, as falanges e as fortalezas compõem um mesmo exército. Parecem ser antagônicas, mas são faces de uma mesma moeda, sincronizando movimentos de defesa e ataque contra a razão comunicativa e o seu pontecial capaz de libertar o homem do peso inibidor da religião e da autoridade. Esta falsa polarização tem um objetivo comum: promover uma incultura político-social como norma de vida e de organização das relações humanas, projetando os indivíduos como cidadãos utilitaristas, adaptados às tensões e aos choques da sociedade capitalista.*

Mas as raízes destes embates, o simulado e o de fato, nos permitem apreender qual o paradigma da razão que está em crise. Para tanto, faz-se necessário recuperar o caráter dialético da modernidade a partir de um conceito mais amplo: a relação sujeito-sujeito, a razão comunicativa, e a relação sujeito-objeto, a razão instrumental, presentes no projeto racionalista do Iluminismo da época das Luzes.** Na primeira relação (sujeito-sujeito), os indivíduos adquirem condições de agir autonomamente, libertando-se do peso inibidor da religião e da autoridade. Adquirem a percepção da descontinuidade entre o mundo humano, o mundo natural e o mundo divino, promovendo cortes e fraturas que separam o social, o natural e o divino, não havendo mais uma total homogeneidade de princípios e funcionamento entre tais níveis da realidade. Neste sentido, nada mais é animado e dotado de vontade própria e, muito menos, capaz de responder aos questionamentos dos homens. Portanto, torna-se improcedente aceitar a religião e o despotismo e os que representam ou estão por eles autorizados a dirigir e fornecer coerência à vida dos homens e á vida em sociedade.

Libertos da esfera objetiva, social e subjetiva homogeneizada sob o domínio da religião e do despotismo, as ações dos sujeitos passam a ser coordenadas segundo os critérios de racionalidade inerentes ao processo comunicativo. Isto é, tem lugar uma posição de aceitação ou recusa das diferentes pretensões de validade, referentes ao mundo objetivo das coisas, ao mundo social das normas e ao mundo subjetivo das vivências e emoções.

---

* Luís Manuel Domingues é Mestre em História e Professor do Departamento de História da UNICAP/ Recife.

* Sobre o avanço da cultura irracional no Brasil e no mundo, consultar "As razões do Iluminismo", de Rouanet (03:124 – 146).

** Para análise do caráter dialético da modernidade, partiremos da crítica que Habermas faz ao discurso da modernidade (cf. 03:339–347).

A posição de recusa leva os protagonistas a um processo argumentativo, onde as posições dos interlocutores vão sendo ajustadas reciprocamente, até que cheguem a um consenso. Este processo comunicativo é inviável num contexto onde impera a fé, a superstição e a coação, pois a diversificação da "esfera de valor", pretensões de validade especializadas, esbarraria na esfera de valor monolítica da religião e da autoridade, secular e religiosa (cf. 03: 339 – 341). Um contexto no qual os sujeitos são inibidos e desapropriados das condições de agir autonomamente para dizer sim ou não, uma vez que o comportamento dos sujeitos está dirigido para se reconhecerem como criados a serviço da ordem cósmica e do despotismo e súditos dos agentes destas ordens.

O advento da modernidade traz consigo este vetor emancipatório e, simultaneamente, o vetor manipulatório, a racionalização social que atua na esfera do Estado e da economia. Emerge assim um processo de laicização do Estado e da economia, livre da autoridade e da religião do mundo tradicional que represava as suas capacidades de expansão, reprodução e ação, ao mesmo tempo em que passavam (Estado e economia) a ser regidos por uma dinâmica crescentemente racionalizadora, dispensando a relação sujeito-sujeito. Neste contexto, ganha corpo o processo de burocratização que submete as suas regras à administração pública e à empresa capitalista, intensificando a racionalidade instrumental e ampliando-a progressivamente para anexar cada vez mais o segmento do mundo vivido aos seus imperativos funcionais (cf.03: 339–341).

A ação do vetor manipulatório corresponde a um desenvolvimento da sua capacidade de intervenção no interior da sociedade (controlar, prever e supervisionar) que tem uma dupla conseqüência para o indivíduo: o desencantamento com o mundo tradicional e a perda da liberdade ante a burocratização do Estado e da economia. Essa dupla consequência é refletida numa perda de sentido da relação sujeito-sujeito e na abertura de espaço para a

reificação do desencantamento e da burocratização, transformando a relação entre pessoas numa relação entre coisas.

No desenrolar do percurso realizado pela razão instrumental, a trajetória da razão comunicativa foi interrompida e o seu projeto encontra-se inacabado. Contudo, o seu potencial não foi aniquilado e as suas reservas ainda são grandes no interior da sociedade, suficientes para retomar a trajetória e a conclusão do projeto. O reconhecimento deste potencial faz com que a razão instrumental absolutize a ciência, a única forma possível de verdade. Para ela nada existiria aquém e além deste saber/poder, exorcizando o que a transcende. Assim sendo, o vetor manipulatório acaba refugiando-se no mito e adquirindo o peso inibidor que a religião e a autoridade tinham sobre o homem antes do advento da modernidade. Isto é, o sujeito é condicionado a perceber como elemento exterior o que não é irradiado pela razão instrumental ou percebê-lo como um princípio estranho à razão por ela conceituada*. Cria-se, portanto, a norma na qual os sujeitos devem se submeter ao sistema e a viver uma relação entre as coisas.

As falanges da desrazão não vislumbram ou não querem se aperceber do duplo caráter da modernidade. O processo tendencial de colonização do mundo vivido pela razão instrumental é identificado como projeto único e global da modernidade, levando a uma radicalização crítica e recusa da razão em bloco. O saber/poder e o discurso da modernidade são concebidos como estratégia que visa persuadir, ganhar e submeter os sujeitos aos padrões de produção e à convivência da sociedade capitalista, entendido esse processo como um caminhar natural e um ponto de chegada pré-determinado de inserção da sociedade pelo vetor manipulatório. Para os adeptos da desrazão se este discurso é estratégico ele é verdadeiro em virtude dos critérios de verdade

---

* Esta tese foi formulada para a razão, em bloco, por Adorno (cf. 01:36 – 37).

adotados pela sociedade. Portanto, a única verdade são os dispositivos de poder, as práticas de poder, que produzem tanto o discurso como o sujeito que o enuncia. Só o contra-poder e o contra-saber que liberem práticas discursivas em luta entre si é que poderão almejar pretensão de validade**.

A partir destes paradigmas, cada fragmento da sociedade e do processo histórico se explica por si só e tem existência própria; cada prática discursiva é real e todas as tendências globalizantes de compreensão, explicação e interpretação da realidade do mundo vivido são manipuladoras e onipotentes. Assim sendo, cria-se o paradigma de que a razão é adversária da vida e se legítima a cisão entre a prática e a teoria. Em outras palavras: desvalorização da cultura em benefício do popularesco, limitando a abertura de horizontes para o conhecimento do mundo; desqualificação do pensamento formal e idealização do pensamento concreto, restringindo o desenvolvimento da crítica; depreciação da teoria e sacralização da prática e do imediato, atrofiando a capacidade de compreensão, explicação e interpretação do real. Sem dúvida, um excelente terreno para o florescimento da incultura e do irracionalismo.

Na atualidade, vivemos num mundo que vive a crise da ilusão da concepção de uma sociedade estruturada a partir da ética do trabalho, oriundo da lógica do trabalho industrial e do cálculo contábil. Os sujeitos vão paulatinamente perdendo a confiança no progresso e na ciência como tábua de salvação e de conquista da felicidade para a humanidade, pois o que se evidencia é que a técnica e a ciência se tornaram instrumentos do capitalismo para dominar as classes subalternas e fazer crer a estas que a dominação que sofrem é legítima. É, também, a reação dos

** A crítica em bloco da razão, sem operar uma distinção entre razão instrumental e razão comunicativa, foi, primeiramente, radicalizada por Foucault (cf. 04: 19–22).

sujeitos contra a concepção do homem como um autômato e utilitarista, que abandona os sonhos, as paixões e torna-se um desmemoriado, que permite a administração da libido pela indústria cultural e entrega-se ao culto das mercadorias. Esta opressão e colonização questionada é a própria crise da razão instrumental, embora isto não seja evidente para a sociedade.

A defesa da razão em bloco é a própria defesa da razão instrumental, na medida em que o vetor emancipatório é ocultado. Esta defesa se faz por um caminho tortuoso: pois estrategicamente não interessa às fortalezas da razão assumir a razão instrumental. Resta, portanto, exacerbar a crise da razão instrumental para, em última instância, salvaguardar a razão em bloco. Assim sendo, todo ataque à razão em bloco é entendido, segundo essa fortaleza, como uma atitude irracional para com o Estado e a economia que teria como objetivo inibir sua expansão, reprodução e ação, atrofiando-se o mercado local, onde ocorreria a regulação social e a realização dos sujeitos com o seu saber/poder competente, segundo um enunciado abstrato de modernidade.

Na prática, o que temos é a despolitização do mundo dos interesses, a sacralização dos valores utilitaristas, a recriação do mundo vivido segundo a lógica do mercado. Ou seja: a valorização do interesse de indivíduos e grupos na busca de vantagens próprias, porque os outros também o fazem*, num mercado e numa sociedade dominada pelo capital monopolista. Só que desta perspectiva, a razão liberada é a instrumental, fornecedora das funções de persuadir, ganhar e submeter os outros e dos critérios de validade de saber/poder, e a razão comunicativa é cercada e impossibilitada de retomar a sua trajetória e a conclusão do seu projeto. Uma situação que é reforçada com a incultura e o irracionalismo da desrazão, pois os horizontes estarão limitados, a críti-

* Sobre a concepção das buscas das vantagens próprias numa sociedade capitalista, consultar Nove (cf. 02: 17 – 18).

ca inibida e a capacidade de discernimento míope para diferenciar a razão instrumental da razão comunicativa, enquanto a fragmentação sócio-histórica, a valorização do caráter imanente dos sujeitos e a concepção de que cada interesse e prática discursiva é real legitimam a busca de interesses próprios pelos indivíduos e grupos. Ora, isolados e vivendo a prática pela prática, os indivíduos e grupos não podem compreender que fazem parte das engrenagens do sistema dirigido pela razão instrumental e dominado pelo capital. Provavelmente, muito provavelmente, ao final desta guerra sem quartel, as falanges da desrazão e as fortalezas da razão estarão do mesmo lado e já terão vencido o embate de fato.

Mas, caso queiramos um outro resultado para o embate de fato, teremos, primeiramente, que desmitificar o embate simulado, recuperando o conflito em toda sua dimensão (razão instrumental X razão comunicativa); em segundo lugar, retomar a trajetória interrompida da razão comunicativa e tomar como missão a conclusão do seu projeto, fazendo a aposta que Rouanet propõe: "se ganharmos, ganharemos tudo; se perdermos, não perderemos nada, porque não podemos ficar mais pobres do que já estamos" (03: 347). Pois não existe escolha entre a miséria vivencial dos descamisados e o tédio fúnebre dos autômatos — qualquer destas opções terá o mesmo resultado: a ignorância e a overdose.

Referências bibliográficas

1 FREITAG, Bárbara – ROUANET, Sérgio P. Habermas. In: Coleção "*Grandes Cientistas Sociais*". São Paulo, Ática, v 15, 1980.

2 NOVE, A. *A economia do socialismo possível*. São Paulo, Ática, 1989.

3 ROUANET, Sérgio P. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

4 ZAIDAN FILHO, Michel. *A história como paixão*. Recife, Pindorama/ UFPE, 1990.